

DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Resumo da ópera

Nesta semana de depoimentos sobre a tentativa de golpe, recheados de pedidos de desculpas, os políticos resumiram assim: houve uma minuta para um golpe de Estado que só não foi adiante porque não houve clima. Agora, é ver o que a Justiça fará diante dessa patacoada.

E as emendas?

As emendas parlamentares continuam como uma pedra no sapato do governo. Isso porque o mesmo Congresso que não quer aprovar impostos não aceita cortes nas emendas. “Eles acham que vamos aprovar quando cortarem R\$ 13 bilhões em emendas aqui?”, questionou um deputado de oposição. Para muitos parlamentares, o sentimento é de que o governo não tem qualidade dos gastos e que não consegue equilibrar as contas como “qualquer dona de casa faz”.

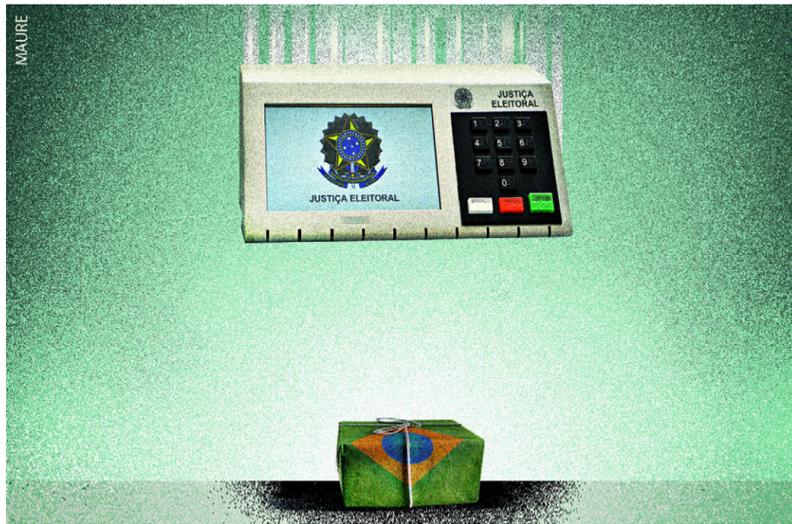
Foco nas bets...

Para alguns deputados, tributar as casas de apostas on-line é um dos poucos consensos gerais dentro do Legislativo e do Executivo. Muitos concordam que o governo deve arrecadar em torno de 60%, como é feito com bebidas alcoólicas e cigarro.

... mas com cautela

Entretanto, uma outra ala alerta para o risco de evadir o mercado do Brasil. De acordo com esse grupo, atualmente, 2/3 das bets no país são ilegais, e o Banco Central não inibe que essas recebam os valores das apostas que são feitas por Pix. E com o aumento do imposto, as empresas teriam uma concorrência desleal e começariam a sair do Brasil, fazendo com que o país arrecade menos.

Eleição atropela pacote fiscal



Com o processo eleitoral despontando no horizonte, vai ser difícil Congresso e Poder Executivo se entenderem sobre as medidas fiscais que deveriam compensar o decreto do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Os parlamentares não aceitam aumento de impostos para nenhum setor. E o governo não quer cortar gastos de programas que podem alavancar a popularidade presidencial. Por isso, o pacote apresentado no domingo, com aumento de alíquotas para investidores e reuniões futuras para tratar de cortes de gastos, pode ser considerado um “desastre”, conforme antecipou o advogado Luís Gustavo Bichara.

» » » »

É preciso ver no papel/ Embora politicamente as propostas de Fernando Haddad sofram resistências, os tributaristas preferem aguardar o texto para avaliar o tamanho do pacote. O certo é que, nesse vai e vem de medidas, o governo continua arrecadando com o decreto do IOF. E com as festas de São João em alta, dificilmente o Congresso irá derrubar o decreto antes do fim de junho. É dinheiro na caixa, ao mesmo tempo em que o governo negocia para tentar arrecadar mais.

CURTIDAS



Marina Ramos/Câmara dos Deputados

Mais reforma à vista/ O relator da reforma administrativa, deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), afirmou que deve entregar o texto, com um certo “consenso”, em 14 de julho. Ele disse à coluna que pretende repassar a proposta ao presidente da Casa, Hugo Motta (foto, Republicanos-PB), para avaliar com os líderes se a reforma será votada na última semana antes do recesso parlamentar ou após a pausa dos trabalhos.

Correr para a foto/ Enquanto o deputado André Fernandes (PL-CE) discursava na tribuna cobrando proatividade do presidente Hugo Motta (Republicanos-PB), quanto à defesa de seus deputados perante o Supremo Tribunal Federal (STF), o deputado Nikolas Ferreira (PL-MG), que estava no cafezinho, saiu “correndo” para aparecer no vídeo junto ao seu colega. Outros deputados do partido também se juntaram ao seu redor como forma de apoio.

Não deixou/ Saindo em defesa do presidente da Casa, o líder do União Brasil, Pedro Lucas (MA), defendeu Motta dizendo que o PL estava sendo “injusto” ao cobrar o presidente da Casa daquela forma.

Clima terrível/ Ainda em 2024, quando se discutia o apoio à candidatura de Hugo Motta à Presidência da Casa, alguns deputados do PL foram incisivamente contra, e não somente os federais, estaduais também. Quem foi contra recebeu duras críticas da cúpula partidária, e alguns nem estão mais no partido.

Colaborou Israel Medeiros

ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS Ex-comandante da Marinha nega ter colocado as tropas à disposição de Bolsonaro para golpe, e general Heleno refuta plano contra a democracia. Ex-ministro da Defesa se desculpa com Moraes e o elogia

Militares juram inocência

» LUANA PATRIOLINO
» MAIARA MARINHO

O ex-comandante da Marinha Almir Garnier negou, em interrogatório no Supremo Tribunal Federal (STF), ontem, ter colocado as tropas à disposição do ex-presidente Jair Bolsonaro para um golpe de Estado. “Eu nunca usei essa expressão. Nunca disponibilizei tropas para ações dessa natureza”, sustentou.

A negativa vai na contramão do que disseram os ex-comandantes do Exército Marco Antônio Freire Gomes e da Aeronáutica Carlos de Almeida Baptista Júnior, de que o colega da Marinha aderiu prontamente às intenções golpistas de Bolsonaro. O assunto teria sido discutido em reunião no Palácio da Alvorada, em dezembro de 2022, com a participação, também, do ex-ministro da Defesa Paulo Sérgio Nogueira. O militar afirmou ter sido o último a chegar à reunião. “Quando entrei, já percebi que tinha havido algum tipo de desentendimento, discussão, e a reunião foi encerrada”, comentou.

Segundo a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR), a minuta golpista teria sido apresentada em outro encontro com a presença de Bolsonaro. Garnier afirmou que o chefe do Executivo apenas “apresentou as considerações dele que pareciam mais preocupações e

análises de possibilidades”.

Também ouvido ontem, o ex-ministro da Justiça Anderson Torres procurou se esquivar de responsabilidade sobre a minuta golpista, apreendida em sua casa. “Esse documento foi entregue no meu gabinete no Ministério da Justiça e eu coloquei em uma pasta. Eu nem lembrava dessa minuta”, ressaltou. “Na verdade, ministro, não é a minuta do golpe. Eu brinco que é a minuta do Google, porque está no Google até hoje. O documento era muito mal escrito. Não sei quem fez, não sei quem mandou fazer e nunca discuti esse tipo de assunto.”

Ele ainda alegou não ter responsabilidade sobre os ataques golpistas de 8 de janeiro, que aconteceram quando era secretário de Segurança Pública do Distrito Federal. Disse que, na ocasião, estava nos Estados Unidos com a família e, por isso, não poderia ter tido participação nos atos.

Por sua vez, o ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) Augusto Heleno preferiu se manter em silêncio durante o interrogatório feito pelo relator da trama golpista, o ministro Alexandre de Moraes. Ele respondeu apenas às perguntas de seu advogado. Negou ter participado ou ter tido conhecimento do plano antidemocrático, além de envolvimento no caso da Abin paralela, em que o órgão teria sido usado

Felipe Sampaio/STF



Braga Netto foi ouvido por videoconferência do Comando da 1ª Divisão de Exército, no Rio, onde está preso

para espionar ilegalmente adversários políticos.

Afagos ao relator

Já o ex-ministro da Defesa Paulo Sérgio Nogueira se desculpou com Moraes por ataques ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), quando o magistrado chefiava a Corte. O militar defendeu as urnas eletrônicas e se retratou por “palavras mal colocadas”.

Em reunião ministerial em julho de 2022, cuja filmagem veio a público, Nogueira disparou contra as urnas e afirmou que a pasta estava na “linha de contato com o inimigo” ao participar da comissão de transparência criada pelo próprio TSE para fiscalizar o pleito.

“Inicialmente, presidente, eu queria me desculpar publicamente por ter feito essas colocações naquele dia”, disse o ex-ministro. “Quando vi esse vídeo posteriormente, eu não acredito”, acrescentou.

O réu fez elogios o trabalho



Eu nunca usei essa expressão. Eu nunca disponibilizei tropas para ações dessa natureza”

Almir Garnier, ex-comandante da Marinha, respondendo sobre ter colocado as tropas à disposição para o golpe

de Moraes no comando da Corte Eleitoral naquele ano. “As coisas melhoraram sensivelmente (na comissão). A ascensão de Vossa Excelência no TSE melhorou a nossa vida, como a implementação do teste de integridade das urnas”, afagou.

O último a ser interrogado foi o general Walter Braga Netto. O ex-ministro de Bolsonaro

Influencers na mira de CPI

» ALÍCIA BERNARDES*

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Apostas Esportivas adiou a votação do relatório final, ontem, após um pedido de vista coletivo. O parecer da relatora Soraya Thronicke (Podemos-MS) recomenda o indiciamento de 16 pessoas, entre elas as influenciadoras digitais Virgínia Fonseca e Deolane Bezerra, e propõe uma série de medidas para endurecer o controle sobre o setor de apostas.

O relatório propõe o indiciamento de Virgínia por publicidade enganosa e estelionato. Já Deolane, que foi convocada, mas não compareceu à CPI após obter liminar do STF, é apontada por envolvimento com jogo de azar, loteria não autorizada, estelionato, lavagem de dinheiro e organização criminosa.

Além dos pedidos de indiciamento, o relatório traz uma série de propostas legislativas para conter a expansão desregulada do setor de apostas on-line no Brasil. Um dos principais pontos é a criação de um Cadastro Nacional de Apostadores, que permitiria ao governo monitorar o perfil dos usuários, com informações como idade, frequência de apostas e ticket médio. “Precisamos dar ao apostador um tempo de reflexão, com exigência de renovação do cadastro e até períodos de abstinência”, defendeu a relatora.

A defesa de Virgínia disse ter recebido o relatório “com surpresa e espanto”. “Apesar disso, aguarda e confia no justo discernimento a ser dado pelo colegiado da CPI na votação final do relatório, quando haverá a manifestação dos eminentes senadores integrantes da referida Comissão Parlamentar de Inquérito”, frisou o advogado da influencer, Michel Saliba, em comunicado enviado à *Revista Quem*.

*Estagiária sob a supervisão de Cida Barbosa